



casadesarmento
centro de estudos do património

A Cultura Castreja no Norte de Portugal

Armando Coelho Ferreira da Silva*

Revista de Guimarães, Volume Especial, I, Guimarães, 1999, pp.111-132



* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Resumo

1. – Síntese sobre a evolução das comunidades castrejas do Norte de Portugal como um processo original de longa duração ocorrido durante o primeiro milénio a. C. e grande parte do século primeiro d. C..

Na sequência da nossa investigação, apresenta-se um faseamento das respectivas componentes segundo um processo relacionável com o seu desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular em três etapas (1. Bronze Final - séc. V a.C. / 2. séc. V a.C. - Campanha de D. I. Brutus / 3. Campanha de D. I. Brutus - Flávios).

2. – Diversas observações referenciam o papel pioneiro de F. Martins Sarmiento.

3. – Utilizam-se, como documentação preferencial, os resultados dos trabalhos por nós realizados, muitos deles em colaboração, designadamente com o nosso colega Prof. Rui Centeno, em estações arqueológicas representativas da cultura castreja do Noroeste de Portugal, designadamente no Castro do Coto da Pena e Cividade de Âncora (Caminha, Viana do Castelo), Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso (Guimarães), Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Maria de Galegos (Barcelos) e Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul).

Em Julho de 1875 iniciou Francisco Martins Sarmiento a sua investigação arqueológica pioneira na Citânia de Briteiros, que desde aí se tomou na estação paradigmática de uma cultura regional de marcante personalidade no quadro da Proto-história da Península Ibérica.

A novidade da sua descoberta terá sido divulgado em primeira mão na revista londrina *New Quartely Magazine* num artigo intitulado de "The Lost City of Citânia" da autoria de Sir John Latouche, menos de um ano após o começo destas escavações.

E já nesta notícia estão contidos os principais elementos, que se tomaram estereótipos desta cultura, tradicionalmente definida, desde as primeiras referências do vol. I da História de Portugal de Alexandre Herculano ao distinto arqueólogo galego Florentino López Cuevillas, como uma civilização céltica da Idade do Ferro, sobretudo caracterizada pelas seu habitat fortificado de construções graníticas,

que o celebrado geógrafo Orlando Ribeiro realçou como sendo uma das primordiais afirmações do atlantismo regional.

Foi progressivamente melhor definida em estudos posteriores, distinguindo-se entre nós, além da actividade da Sociedade Martins Sarmento, a obra de J. Leite de Vasconcellos, em diversos passos reconhecido discípulo de Sarmento, os trabalhos do grupo da *Portugalia*, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa e de arqueólogos, como Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Christopher Hawkes, entre outros.

Com a mais recente investigação, em que será justo destacar o papel desempenhado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e também pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, as coordenadas geográficas, parâmetros cronológicos e componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais são hoje melhor conhecidas e problematizadas.

À última geração caberá o mérito da cientificação do estudo da Proto-história regional, o ultrapassando a fase descritiva dos trabalhos anteriores, com abertura para ensaios metodologicamente mais garantidos e de carácter mais interpretativo (vg., Silva 1986, Martins 1990, Alarcão 1992, Queiroga 1992, Lemos 1993, Almeida 1996).

Em prospecção sistemática realizada ao longo de mais de vinte anos F. Martins Sarmiento (1999) deu conta da densidade da ocupação castreja, identificando os principais povoados de Entre-Douro-e Minho, entre outras regiões, com mais minúcia no litoral do Minho e em torno de Guimarães, já cartografada por M. Cardozo (1947).

Cem anos depois, pode contabilizar-se um número de cerca de um milhar de povoados fortificados para a generalidade do território do Norte de Portugal, segundo inventário actualizado a partir de uma nossa primeira listagem (Silva 1986), que vem contando com numerosos contributos de levantamentos regionais e locais (v. g., Martins 1990, Queiroga 1992, Amaral 1993, Dinis 1993, Lemos 1993, Silva A. M. S. P. 1994, Pedro 1995, Almeida 1996, Dias 1997, Maciel 1997).

A sua distribuição permite visualizar, em imagem panorâmica, o perfil da ocupação das comunidades indígenas pré-romanas, que poderá servir de indicador para uma reflexão sobre um dos momentos mais importantes do seu processo demográfico.

Afastado dos centros-motores do Mediterrâneo Central e da Europa “temperada”, onde ocupava posição nuclear o complexo norte-alpino ou *Céltica*, segundo a designação de Heródoto, à primeira vista, fica a impressão de que este território ocidental, estando incorporado nas zonas periféricas do continente Europeu, a *Híperbórea* dos autores antigos, se terá desenvolvido em ritmo muito lento.

Todavia, um vasto registo de elementos de carácter exógeno manifestam um quadro de relações de longo curso, suavizando a imagem de isolamento que, a partir de alusões clássicas, se foi divulgando como índice de uma área marginal. Com estes testemunhos, esta zona geográfica, mais que uma *finisterra*, foi eixo de comunicação e pólo de atracção, explicáveis pelos interesses de uma economia-mundo à escala europeia com focos mais activos irradiantes do Mediterrâneo.

A observação das mudanças ocorridas no âmbito de um processo de longa duração representará uma distanciação face às interpretações mais antigas, em que se afirmava um fixismo, com desprezo da existência de camadas estratigráficas, ou uma diacronia apriorística, com ignorância do registo arqueológico. Também com diferenças no estabelecimento de parâmetros cronológicos e culturais relativamente aos critérios de outros esquemas de periodização, uns

menos diversificados (v. g., Martins 1990, Alarcão 1992), outros de curta duração (Almeida 1983, Calo Lourido 1996), desejamos assinalar a complexidade da evolução cultural castreja frente à linearidade de certos atributos.

A interpretação deste processo, com reconhecimento da intervenção exógena, não pretende seguir com exclusividade modelos meramente migracionistas ou difusionistas, mas, antes, sublinhar as interações e realçar a originalidade da dinâmica interna das comunidades proto-históricas regionais.

* * *

Com base em elementos significativos do registo arqueológico, controlado por perfis estratigráficos e datações absolutas, temos vindo a propor a evolução da cultura castreja segundo um esquema de periodização relacionável com o desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular. Sintetizando trabalhos anteriores (v. g., Silva 1986, 1894, 1996), na sequência cultural que seguimos poderão definir-se três fases, escalonadas internamente, que cobrem o primeiro milénio a.C. e grande parte do século I d. C..

A fase de formação terá ocorrido em contexto de óptimo climático e económico, relacionado com o desenvolvimento excepcional da actividade metalúrgica. Etapa final do Bronze Atlântico e da Idade do Ferro na Europa, com relações continentais e mediterrânicas, corresponde à 1ª metade do I milénio a. C.. A sua primeira parte (**IA**) situa-se entre 1000 e 700 a. C. e o seu desenvolvimento (**IB**) durante os séculos VII e VI a. C., revelando crescentes contactos interiores e meridionais.

Por vezes reocupando instalações anteriores, verificou-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões, de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agrícola e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando integração num sistema económico de largo espectro.

O estudo do povoamento em algumas das instâncias revelou uma ocupação em superfície restrita, da ordem dos 600 m², como se calculou para S. Julião, Vila Verde, e raramente atingindo dois

hectares, de que se aproxima a área do Castro de Baiões, S. Pedro do Sul.

De notar, em especial, o aparecimento de sistemas defensivos, ainda que rudimentares, de muralhas de pedra (Coto da Pena, Baiões), talude e fosso (S. Julião), em clara evidência de início de fortificação dos povoados, característica que prevalecerá sobre o carácter aberto do habitat.

O testemunho da existência de construção também de pedra na arquitectura doméstica verificado no Coto da Pena, na fase IA, é outro elemento a considerar nesta análise, que, deste modo, contraria a afirmação corrente de que as estruturas mais antigas do habitat castrejo seriam exclusivamente de materiais perecíveis.

Sem elementos bastantes que nos permitam decidir inequivocamente sobre o controverso problema da origem das casas redondas no estado actual da investigação, apesar da tendência curvilínea que referenciámos no Coto da Pena e dos indícios de plantas circulares no Castro de Baiões, confirmadas numa cabana do Castro S. Julião, não está ainda satisfatoriamente atestada a apologia das habitações castrejas nesta sua primeira fase.

Consideramos, porém, a opção por plantas circulares como uma solução de tradição indígena, de fundo etnográfico, que se nos afigura de maior verosimilhança relativamente aos argumentos das teses difusionistas, que pretendem buscar a sua gênese nos povoados meridionais da Idade do Bronze.

Trata-se, em todo o caso, de uma solução que nada tem a ver com presumíveis características célticas, como vinha sendo interpretado desde as primeiras referências de Alexandre Herculano a propósito das “choupanas circulares” das ruínas da Citânia de Briteiros (1986, 67, n. 48), uma vez que os celtas construía(m) segundo alinhamentos ortogonais.

Seja como for, não podemos deixar de considerar a importância deste primeiro registo arquitectónico de tendência para a progressiva petrificação das estruturas habitacionais castrejas, assinalando-lhe, desde o período da sua formação, o carácter de maior estabilidade.

Sendo ainda poucos os testemunhos deste processo, a sua confirmação parece indesmentível face aos dados de arquitectura doméstica das recentes escavações do Castro de Torroso (Mós, Pontevedra) com várias construções de pedra, circulares, curvilíneas e

de planta mista, datadas, por uma significativa série de análises por radiocarbono, dos séculos VII e VI a. C. (Peña 1992).

Entre as razões que terão presidido à transferência das comunidades indígenas de aldeamentos dispersos para povoados implantados em posições naturalmente defensivas e fortificadas, parece evidenciar-se uma selecção de critérios estratégicos em que era garantida a subsistência das populações e a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio sistemático do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos metais.

Segundo os elementos disponíveis para análise, que podemos exemplificar com um trecho do Vale do Ave, com 13 castros identificados (Dinis 1993), ou com a sequência Castro de Baiões - Senhora do Castro - Santa Luzia - Castelo dos Mouros, na região de Viseu, supomos que, no termo desta fase, a generalidade da região já estaria praticamente coberta por comunidades autónomas que poderiam reproduzir um esquema de justaposição sistemática congénere ao do gráfico de P. Le Brun (1987). Admitimos mesmo como possíveis símbolos de domínio territorial personalizado as três estátuas-estelas antropomórficas, de evidente parentesco iconográfico, que cobrem, respectivamente, as áreas da antiga Terra de Aguiar (Lopes *et alii* 1994), a Veiga de Chaves (Jorge 1995) e as Alturas do Barroso (inf. A.L. Fontes).

E ainda que se reconheça a difusão deste fenómeno por vastas zonas da Europa, a notória prosperidade do Noroeste peninsular, sobretudo manifesta nos numerosos depósitos de bronze e ouro, motivadora de cobiça, poderá ter encontrado no fenómeno castrejo resposta adequada aos desafios ora postos à organização da sociedade, gerando a necessidade de defesa com consequente incremento de hierarquização, acentuando, porventura, o poder de certos chefados, não raro indiciados por numerosos bens de prestígio.

Poderá servir como testemunho deste condicionalismo o depósito de fundidor do Castro da Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul), em ambiência em que podemos associar elementos característicos do mundo atlântico (mais evidentes nas tipologias e padrões decorativos da cerâmica e nos artefactos metálicos tradicionais, tais como machados de talão de bronze e típicas jóias de ouro maciço), de origem continental (mais notórios na ornamentação cerâmica) e, em especial, com afinidades com o Mediterrâneo, bem documentadas sobretudo pela presença de objectos de natureza

religiosa, que atestam contactos com o Próximo Oriente ou situações entrepostas no período pré-colonial, com anterioridade à instalação fenícia no Ocidente Peninsular.

Durante os séculos VII e VI a. C., com correspondência à fase IB, os dados adquiridos em escavações estratigráficas e estudo de materiais manifestam a sequência dos contactos registados no final da Idade do Bronze com incremento para as influências meridionais, que testemunham uma corrente de intercâmbios marcadamente litoral que se encontra compassadamente registada ao longo da nossa costa.

E se a lâmina de ferro do punhal de Baiões pode ser entendido no enquadramento dos bens de prestígio do final da Idade do Bronze, os artefactos de ferro do Castro de Torroso já sinalizam mais abertamente o advento da nova metalurgia (Ruíz-Galvez Priego 1998), também documentada com outros produtos e processos tecnológicos, como a solda, a filigrana e o granulado, bem testemunhados em peças de ourivesaria.

Por meados do I milénio a. C., certamente como resultado das perturbações acontecidas no Sul da Península, o Noroeste terá servido de palco aos episódios da expedição de Túrdulos e Célticos referida por Estrabão (3, 3, 5).

Para este episódio, têm sido apontados outros cenários, ou relativos ao domínio cartaginês (Herculano 1986; Alarcão 1992, 1996) ou às campanhas de Viriato (García y Bellido 1951). Está hoje melhor esclarecido com os resultados das escavações arqueológicas realizadas na área dos *Turduli Veteres*, nomeadamente no castro de Romariz, Santa Maria da Feira, e a partir da confirmação epigráfica da sua presença na margem esquerda do Douro, nas *tesserae hospitales* aparecidos no Castro da Senhora da Saúde, em Vila Nova de Gaia, de acordo com os textos de Pomponius Mela (3, 8) e sobretudo Caius Plinius (4, 112-113).

O seu estabelecimento na franja meridional castreja, a Sul do Douro, terá conferido a esta área diferenças que se verificam em relação às zonas setentrionais, imprimindo-lhe a densidade de materiais de tradição púnica um *facies* paralelo ao de maior influência céltica para a área da Corunha, na Galiza. Não se nos afigura, a propósito, que sejam credíveis os argumentos para a permanência de elementos deste grupo céltico na bacia do Cávado (Alarcão 1996).

Portadores de urna cultura superior, salientada nas fontes clássicas (v. g., Estrabão, 3, 16) devem estes povos ter promovido,

conforme apontou J. Alarcão (1992, 1996) o progresso das comunidades indígenas, permitindo-nos consolidar a probabilidade de relacionar o desenvolvimento das influências mediterrânicas que nos é dado perceber neste processo evolutivo castrejo, em especial na área litoral, com a associação deste movimento migratório ao comércio púnico, tornando-se, assim, num valioso indicador do peso da colonização cartaginesa relativamente à influência grega no Mediterrâneo Ocidental e no mar exterior. Assim se parece deduzir dos dados regionais conhecidos, inclusivamente dos gráficos de frequência do espólio cerâmico do Castro de Romariz, com registos significativos de 26% de cerâmica de produção e/ ou tradição púnica sobre 74%, de cerâmica indígena no estrato inferior 07, com 4% de cerâmica importada (3,5% púnica e 0,5% grega, correspondente apenas a 1 fragmento) sobre 96%, de cerâmica indígena no estrato 06 e de novo com mais cerâmica púnica representada por 29% sobre 71% no estrato 05.

Das intervenções em povoados castrejos com ocupação identificada nesta fase resultou de novo um quadro com certas diversidades na montagem das estruturas e na utilização dos modelos e da própria matéria-prima.

Seja como for, é de observar, por ser um significativo elemento caracterizador da arquitectura castreja, a adopção sistemática da planta circular documentada no Coto da Pena (Caminha) e na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e também em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), com idênticas características construtivas de paredes pouco espessas de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro e com estratos de ocupação de pisos finos.

Parece, assim, não oferecer, jamais, dúvidas é de que a utilização da pedra como matéria-prima das construções castrejas, mais vulgarizada nesta fase, surge na continuidade de experiências anteriores que, cada vez mais, se vêm atestando quer para os sistemas defensivos quer para as estruturas residenciais.

Alguns destes povoados, como o Coto da Pena, S. Julião e certamente também a Cividade de Terroso, prolongam a ocupação anterior, sendo notório um alargamento da área, até aí demarcado por precários sistemas de defesa, denunciando crescimento populacional interno. Outros, como o Castro de Romariz, implantados em colinas aparentemente mais dependentes dos recursos do vale ou da planície,

exemplificam casos de fundação desta fase, reformando a imagem de um período de expansão demográfica patente no incremento numérico de novas fundações de povoados relativamente à I fase observada, v. g. no Vale do Ave com aumento de 13 para 18 registos (Dinis 1993).

Com origem num pequeno núcleo do Bronze Final, a Cividade de Terroso terá alcançado, neste período, uma superfície de cerca de 4 ha de área ocupada certamente como resultado da sua posição geográfica favorável ao intercâmbio de longa distância, podendo representar um caso de hierarquização no esquema da evolução do poder regional. Com idêntica localização costeira, mais favorável às funções portuárias, se poderá relacionar o presumível desenvolvimento de *Cale*, no Morro da Sé do Porto, e outras situações paralelas.

Em conformidade com este processo, em todos os casos analisados se verifica um reforço de sistemas defensivos com a construção de fortes muralhas, como as que referendámos no Castro de Sabroso, na Cividade de Terroso, no Castro de Baiza (V. N. Gaia) e Castro de Romariz, devendo atribuir-se também a esta fase a introdução de formas complementares de defesa, com destaque para fossos e pedras fincadas de numerosos castros transmontanos, como os conhecidos do Castro de Carvalhelhos (Boticas), relacionadas com a arquitectura militar da Meseta.

Sugerimos para esta segunda fase um escalonamento em três etapas, que perspectivam um desenvolvimento do mundo indígena integrado num quadro de relações com influxos de procedência continental e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, das primeiras influências itálicas. O estrato 07 do Castro de Romariz reportar-se-á à fase IIA, relacionável com os Túrdulos Velhos, e os estratos 06 e 05 à fase IIB, com o incremento das relações púnicas durante os séculos IV e III a. C..

Esta ordem de relações, cuja assimilação transparece nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja desta fase, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos testemunhada por inúmeros outros materiais.

A própria representação iconográfica dos guerreiros deste período denunciará esta diferença, que parece visível quando se confronta o guerreiro de Capeludos (Chaves) com o de S. João de Ver

(Santa Maria da Feira), entre os Túrdulos Velhos, com atributos de cariz mediterrânico.

As fíbulas tipo Sabroso e Santa Luzia, bem presentes na orla litoral, e as de tipo transmontano, sobretudo assinaladas na sua área epónima do interior, apontam para um horizonte desde há muito referendado por Bosch-Gimpera (1932, 1975) como de natureza post-hallstática e mais recentemente como dos Campos de Urnas da Idade do Ferro (Ruiz Zapatero 1985).

Por sua vez, o horizonte mediterrânico é testemunhado por numerosas cerâmicas de procedência e/ou tradição púnica e algumas cerâmicas gregas e pré-campanienses que aparecem associadas a diversas formas de cerâmicas indígenas sempre de fabrico manual e com diversidade e riqueza decorativa, em particular de estampilhas, denunciadora da vitalidade desta fase, em especial da etapa intermédio IIB, que se vai simplificando na parte final deste período, na fase IIC. Neste passo, se percebeu o aparecimento do torno lento no fabrico da cerâmica indígena e se manifestou a chegada dos primeiros produtos da importação itálica, em especial cerâmica campaniense A, em conformidade com as transformações operadas no Mediterrâneo Ocidental, como resultado das guerras púnicas a favor do domínio romano, que não tardará a impor-se a toda a Península.

Pelos dados da estratigrafia da Cividade de Terroso, atribuímos também a este momento (fase IIC) a introdução do átrio ou vestíbulo na casa castreja, como principal inovação das estruturas do habitat, enquanto sinal de especialização do espaço familiar, e ainda o uso das mós giratórias que substituem doravante as mós de rebole muito numerosas desde o Bronze Final.

* * *

Caracterizamos a terceira fase desta sequência como de proto-urbanização e reordenamento territorial no quadro da romanização, com relevância para critérios político-militares. Presumimos ter-se iniciado (IIIA) na sequência da campanha de Decimus Junius Brutus (138 - 136 a. C.), prolongando-se até à segunda metade do século I d. C., com referência às reformas flavianas na região, cuja nitidez se altera a meio da fase (IIIB), após a conquista e pacificação do Noroeste, com a adopção de modelos propostos pelo domínio romano.

A este período se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de

grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia) e outras, que se tornaram modelos desta cultura.

Por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer (v.g., Silva 1986, Martins 1990, Alarcão 1992, Dinis 1993, Lemos 1993, Maciel 1997).

Uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância da ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Alvarelhos (Santo Tirso) e a Mozinho (Penafiel), e também a Eiras (V. N. Famalicão), a Bagunte (V. do Conde) e a Vandoma (Paredes), correspondente a uma jornada, sugere a consideração desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos

Obedecendo a uma certa hierarquização, esses grandes povoados poderão ter desempenhado o papel de lugares centrais em posição de metrópoles de territórios demarcados adstritos a grupos étnicos, alguns deles conhecidos por indicações epigráficas que apontam para a sua identificação com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum*, ou pelo signo correspondente), inferiores aos *populi* ou *civitates*, identificados na organização social castreja.

Em estudo anterior sobre os primeiros *lugares centrais* do Entre-Douro-e-Minho (Silva 1998b), verificamos aí cerca de 40 destas unidades, tendo deduzido de uma certa coincidência observada., *in specie*, entre os termos proto-históricos, as paróquias suélicas e os julgados medievais do Alto Minho, que esta pervivência territorial se estenderia por toda a região, cuja onomástica pré-romana, a crer na

veracidade das etimologias dos etnónimos, se reportará em grande parte a uma matriz indo-europeia pré-céltica com índices de celtização.

Fenómeno similar ao da “civilização dos *oppida*”, no quadro da organização político-social característica de numerosas sociedades não-clássicas de La Tène Final, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular, de que se destacaram as campanhas sertorianas, as campanhas de César e, mais tarde, os momentos definitivos da conquista por Augusto significativamente documentados por achados numismáticos (Centeno 1987), em qualquer caso cumprindo a função de principados centralizados, liderados por chefes guerreiros cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, vindos dos períodos anteriores, esta fase é sobretudo marcada pela criação de vastas aglomerações, em que a homogeneidade do seu ordenamento denuncia a obediência a um plano de urbanização cumprido em breve lapso de tempo.

Têm sido também detectadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (Almeida 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, resultando numa triplicação do número de povoados relativamente à primeira fase, como se pode observar, por exemplo, no Vale do Ave (Dinis 1993).

Mas é natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização arqueologicamente manifesta num novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deduzir da análise de grandes povoados como as citânias de Sanfins ou Briteiros, onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações.

Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspecto, um exemplo paradigmático.

A vastidão das estruturas escavadas mostra um forte sistema defensivo de várias ordens de muralhas e uma apreciável organização urbana, que permite aplicar-lhe adequadamente a designação de “cidade”, *pólis*, segundo o texto de Estrabão (3,3,5).

As suas portas estavam guardadas por estátuas de guerreiros fixados nas rochas, conforme descobrimos para uma delas. “É aí ... na fenda de uns penedos que aparecem os ídolos”, na expressão transmitida a Sarmento (1999, p. 313) por um popular no monte do Senhor dos Perdidos, a propósito do guerreiro de S. Jorge de Vize1a.

Ocupando uma área de mais de 15 hectares, medida superior à generalidade das cidades romanas em Portugal, o espaço ordena-se de forma regular com arruamentos ortogonais e mais de centena e meia de construções de planta circular e quadrangular agrupadas em cerca de quarenta conjuntos de unidades domésticas, formando uma espécie de bairros subdivididos em diversos núcleos habitacionais, cada qual pertencente a um grupo familiar (avós, filhos, netos e colaterais).

A composição de cada um destes núcleos, um deles declaradamente identificado como *domus* na Citânia de Briteiros, distribuía-se em torno de um pátio de acordo com a sua função: cozinha com lareiras e forno, local de armazenagem de géneros, zonas de dormida, recinto para guarda de animais, espaços de reunião com bancos ao redor e até recintos funerários, de acordo com dados de outras estações castrejas, em especial analisados na Cividade de Âncora.

As soleiras, ombreiras e padieiras de algumas portas são ornamentadas com elementos característicos que evocam uma simbologia religiosa de fundo ancestral, utilizando a decoração geométrica típica da cultura castreja, em corda, espinha, círculos encadeados, trísceles, sinais cruciformes, serpentiformes ou motivos congêneres. A reconstituição etnoarqueológica de uma dessas unidades é um elemento de importância para a compreensão da célula base das comunidades proto-históricas. As reconstruções de F. Martins Sarmento em Briteiros são parte de duas destas unidades.

De preferência a outras *rationes* de estimativa demográfica (v.g., Alarcão 1992), o carácter modular destas unidades poderá servir como índice de cálculo. Nestes termos, e considerando, por exemplo, a análise da superfície ocupada da Citânia de Sanfins, a sua população

poder-se-á avaliar, com base na composição de uma família extensa, em cerca de 3.000 habitantes, evidenciando a existência de uma grande densidade populacional, de acordo com o seu *status* de lugar central.

Destacando-se destas unidades de arquitectura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios sugerem uma função pública, eventualmente de carácter religioso, político ou simplesmente utilitário.

Em Sanfins, existe um santuário rupestre situado extra-muros, com indicação etnonímica teonímica identificadas, a reclamar particular atenção sobre os limites da área de ocupação e de serviços destas comunidades.

Um grande edifício de planta circular, com cerca de 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros poderia ser o local de reuniões de um conselho de anciãos, quadrando bem com o funcionamento de um órgão de função política.

Os edifícios destinados a banhos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitectónico castrejo.

Tomando a forma especial de construções hipogéias, com câmaras de grandes monólitos talhados e com ornamentação do tipo «Pedra Formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles), a sua função foi objecto de controvérsia, vulgarizados como «fornos crematórios», postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos.

Esta e outras hipóteses, como a de santuários ou a de fornos de cozer pão ou cerâmica ou de fundição ou ainda de matadouros de animais, que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, devem ser abandonadas perante a consolidação da sua interpretação como balneários, envolvida de uma simbologia religiosa. A propósito do monumento do Alto das Eiras (recentemente redescoberto), Martins Sarmento, com base nos da Saia e de Sabroso, interpretava estes edifícios como santuários dos “celtas (seja pré-celtas) aos deuses das águas”, segundo as suas palavras; não deixou, porém, de transcrever nos seus apontamentos, como comentário, “um cantoneiro disse-nos depois que ali já tinha havido banhos” (Sarmento 1999, p. 130).

Ainda que de cronologia mais recente, não se tratará de versões indígenas de termas romanas ou de qualquer *tópos* helenizante, nem deverá explicar-se por influência céltica, devendo

reportar-se a uma matriz indo-europeia pré-céltica, por outras vias, designadamente epigráfica e linguística, também denunciada como componente da cultura indígena, reproduzindo instalações anteriores em matéria perecível.

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidentes com a da roda do oleiro, com aceitação integral nos povoados desta fase, denunciando uma forte organização do sistema de produção, e a vulgarização da metalurgia do ferro, que se tomou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaias agrícolas e ferramentas artesanais.

Um conjunto das observações sobre uma vasta área ultimamente escavada na Citânia de Sanfins (colab. R. Centeno), com registo de instalações, instrumentos e escórias, parece evidenciar a ocupação de espaços por áreas artesanais, designadamente as que se dedicavam a actividade metalúrgica.

Da combinação destes factores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação profissional, constituídas por grupos de *artífices*, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os balneários com pedras esculpturadas e a construção de sistemas defensivos.

Nestas circunstâncias, entendemos que é no quadro de uma definição urbana, a que convirá a designação de proto-urbanismo, que deverão ser classificados estes grandes povoados castrejos do Noroeste peninsular, que obedecem maioritariamente aos requisitos que vêm sendo apontados pelos arqueólogos na sequência da definição de urbanismo apresentada por V. Gordon Childe em 1950 e recentemente revista (Wells 1988), considerando, sobretudo, a extensão em superfície, a densidade de população, a monumentalidade dos edifícios públicos, estilos artísticos próprios, a presença de especialistas dedicados a tempo inteiro ao artesanato e grupos organizados de artífices e ainda a existência de grupos dirigentes de carácter militar.

A sua organização segundo um sistema hierarquizado, com a integração de povoados menores sob o domínio de lugares centrais, terá sido determinada, a nosso ver, por razões político-militares

originadas pela necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de Decimus Junius Brutus. Nesta perspectiva se terá enquadrado o recuo para uma certa anterioridade e selecção de sítios com capacidade de grande concentração demográfica, que poderá explicar eventuais mudanças de hegemonia relativamente à fase anterior.

Poderá favorecer esta interpretação o registo deste padrão de povoamento apenas na área meridional castreja, a Sul da Bacia do Rio Minho, justamente o limite da expedição desse general romano.

Os elementos referidos, longe de denunciarem afrontamentos com imposição de rupturas, sugerem formas de assimilação e tolerância, de resto, bem conhecidas por numerosos registos, mormente de carácter sócio-cultural, que parecem invocar um substrato comum de matriz indo-europeia.

Nesse sentido convergem as análises, de tipo duméziliano, que vimos fazendo sobre a estrutura e a organização da sociedade castreja, em particular sobre a presumível existência de uma tríade funcional relacionada com a soberania, a força e a fecundidade, superestruturando as classes sociais dos reis e sacerdotes, dos guerreiros e dos produtores, como se vê emblematizada no carro alegórico de Vilela (Paredes).

Repetindo-se com mais frequência e disperses por uma vasta área geográfica, parece ficar estabelecido a tríade principal do panteão indígena com divinização de elementos da natureza, respectivamente situados nas montanhas, nos rochedos e nas águas, com identificação na *interpretatio* de Júpiter e nas designações de *Cosus/Bandua* e *Reva/Navia*, cuja cartografia evoca uma comunidade luso-galaica, com onomástica a denunciar também uma possível ascendência indo-europeia pré-céltica, a que se sobrepuseram alguns elementos célticos, para as referências maiores da religiosidade indígena, em última análise, correspondendo às interpretações avançadas por F. Martins Sarmento.

* * *

Habitualmente desvalorizados, quando não ignorados na historiografia da formação nacional, que sublinha sistematicamente formas de resistência, entendemos oportuno retomar neste momento observações que vimos fazendo sobre diversos aspectos do legado proto-histórico, designadamente:

- o reconhecimento da grande antiguidade indo-europeia do substrato linguístico das principais entidades do quadro geográfico,
- a permanência do perfil demográfico rural, praticamente inalterado desde os tempos pré-romanos,
- a composição alargada do agregado familiar, que se manteve viva até à época moderna, e a sua adequação a um espaço funcional permanente na arquitectura da casa rural do Norte,
- o contributo da análise espacial para um eventual esclarecimento do enigma, continuamente discutido, sobre a origem e definição das "terras" no quadro administrativo medieval,
- a descoberta de vestígios da existência de modelos organizativos de tipo feudal atestadas nos pactos de hospitalidade enquanto elemento problematizador de uma discussão redutora sobre os gérmenes do domínio senhorial, ora considerado como resultante do município romano ou dos invasores germânicos,
- a estruturação hierarquizada da sociedade em ordens tradicionalmente havidas como mera característica do antigo regime,
- o entendimento da denúncia do bispo suevo S. Martinho de Dume sobre o ateísmo dos cultos naturalistas como uma referência ao enraizamento de cultos tradicionais.

Muitos destes tópicos ter-se-ão transmitido a partir de um fundo proto-histórico regional, porventura graças a cumplicidades e compromissos aculturadores, que terão permitido uma espécie de "cumulativa indo-europeização", a ter em conta na problemática sobre a formação da nossa identidade, como ocorre neste momento em homenagem justa ao contributo primordial do arqueólogo português a quem mais se deve a revelação de novos dados para este debate.

Bibliografia

- Alarcão, J. (1987), A cidade romana em Portugal - A formação de "lugares centrais" em Portugal da Idade do Ferro à Romanização, *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 35-69.
- (1992), A evolução da cultura castreja, *Conimbriga*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (prelo).
- coord. (1996), *De Ulisses a Viriato - O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- Almagro-Gorbea, M. (1986), Bronce Final y Edad del Hierro, *Historia de España 1. Prehistoria*, Madrid, Gredos, p. 341-532.
- Almagro-Gorbea, M. - Álvarez Sanchís, J. R. (1993), La "Fragua" de Ulaca: saunas castreñas y baños iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, Navarra, p. 177-253.
- Almagro-Gorbea, M. - Ruiz Zapatero, G., ed., (1992), Paleoetnología de la Península Ibérica, *Complutum*, 2-3, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- Almeida, C. A. B. (1990), *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).
- (1996), *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (diss. doutoramento).
- Almeida, C. A. F. (1983), Cultura castreja: Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, p. 70-74.
- Almeida, C. A. F. - Soeiro, T. - Almeida, C. A. B. - Baptista, A. J. (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha. *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima, sep..
- Amaral, P. (1993), *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- Audouze, F. - Buchsenschutz, O. (1989), *Villes, villages et campagnes de l'Europe celtique*, Poitiers, Hachette.
- Bosch-Gimpera, P. (1932), *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona.
- (1975), *Prehistoria de Europa*, Madrid.
- Brun, P. (1987), *Princes et princesses de la Celtique*, Paris, Errance, Les Hespérides.

- Calo Lourido F. (1996), Prehistoria e Idade Antiga, *Historia Xeral de Galicia*, Santiago, A nossa Terra, p. 6-91.
- Cardozo, M. (1947), *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899*, Guimarães.
- Caro Baroja, J. (1970), Organización social de los pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad, *Legio VII Gemina*, León, Diputación Provincial-Cátedra de San Isidoro, p. 7-62.
- Centeno, R. (1987), *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- Champion, T. C., ed. (1989), *Centre and periphery. Comparative studies in Archaeology*, London, Unwin Hyman.
- Dias, L. T. (1997), *Tongobriga*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Dinis, A. P. (1993), *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C.*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- Champion, T. - Camble, C. - Shennan, S. - Whittle, A. (1988), *Prehistoria de Europa*, Barcelona, Crítica.
- Fabião, C. (1992), O povoamento proto-histórico e romano, in Mattoso, J., dir., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 76-299.
- Fletcher, R. (1995), *The limits of settlement growth*, Cambridge, University Press.
- García y Bellido (1951), "Pequeñas invasiones" y "transmigraciones internas", *Archivo Español de Arqueología*, 82, p. 490-496.
- Herculano, A. (1986), *História de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores (reed.).
- Hidalgo Cuñarro, J. M. coord. (1996), *A cultura castrexa en debate*, Tui, Instituto de Estudios Tudenses.
- Höck, M. (1986), *Studien zur sogenannten Castro-Kultur in Nord Portugal*, Marburg, (diss. doutoramento).
- Jorge, S. O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, CEAP (Monografias Arqueológicas 2);
- (1990), Pré-história, IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 163-251.
 - (1995), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do poder*, Lisboa, Instituto Português de Museus.



casadesarmiento

centro de estudos do património

- ed. (1998), *Existe uma idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Kalb, Ph. (1978), *Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit*, *Madriider Mitteilungen*, 19, Heidelberg, p. 112-138.
- Kolb, F. (1992), *La ciudad en la Antigüedad*, Madrid, Gredos.
- Latouche, J. (1993), *The lost city of Citânia*, *Boletim da Sociedade Martins Sarmiento*, 2ª Série, 13, Guimarães, 1993, p. 6-8 (trad.).
- Lemos, F. S. (1993), *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Braga, Universidade do Minho (diss. doutoramento).
- Lopes, A. B. (1994), *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul Tecnologia e morfotipologias*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- López Cuevillas, F. (1980), *A cultura castrexa*, in Otero Pedrayo, R., dir., *Historia de Galiza, 3. Prehistoria*, Madrid, Akal, p. 211-537, 595-651 (addenda).
- Maciel, T. (1997), *Padrões de povoamento proto-histórico no Vale do Neiva*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (diss. Mestrado).
- Maluquer de Motes, J. (1975), *Formación y desarrollo de la cultura castreña*, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas, Santiago de Compostela, 1973*, Santiago de Compostela, p. 129-145.
- Martins, M. (1988a), *O povoado fortificado do Lago, Amares, Braga* (Cadernos de Arqueologia-Monografias, 1);
- (1988b), *A Citânia de S. Julião, Vila Verde, Braga* (Cadernos de Arqueologia-Monografias, 2);
- (1989), *O Castro do Barbudo, Vila Verde, Braga* (Cadernos de Arqueologia-Monografias, 3);
- (1990), *O Povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado, Braga* (Cadernos de Arqueologia-Monografias, 5);
- (1991), *O povoado de Santo Ovídio, Fafe, Braga* (Cadernos de Arqueologia-Monografias, 6).
- Martins, M. - Jorge, S. O. (1992), in Almagro-Gorbea - Ruiz Zapatero, ed. (1992), p. 347-372.
- Pedro, I. (1995), *O povoamento proto-histórico na região de Viseu*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (diss. Mestrado).
- Peña Santos, A. (1992), *Castro de Torroso, Mos, Pontevedra, A Coruña*, Xunta de Galicia (Arqueoloxía/Memorias 11).



casadesarmiento

centro de estudos do património

- Pereira Menaut, C., ed., (1983), *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela - CSIC, Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento.
- Queiroga, F. M. V. R. (1992), *War and castros: New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford (diss. doutoramento).
- Renfrew, C. (1987), *Archaeology and language: The puzzle of Indo-European origins*, New York, Cambridge University Press (trad. castelhana: *Arqueología e language*, Barcelona, Crítica, 1990).
- Renfrew, C. - Bahn, P. (1991), *Archaeology: Theories, methods and practice*, London, Thames and Hudson (trad. castelhana: *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, Madrid, Akal, 1993).
- Romero Masiá, A. (1976), *El habitat castreño*, Santiago de Compostela, Colexio de Arquitectos de Galicia.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1998), *La Europa atlántica en la Edad del Bronce*, Barcelona, Crítica.
- Ruiz Zapatero, C. (1985), *Los Campos de Urnas del Noroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Universidad Complutense.
- Rykwert, J. (1976), *The idea of a town*, London, Faber and Faber.
- Sarmiento, F. M. (1999), *Antiqua - Apontamentos de Arqueologia (1878-1898)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- Senna-Martinez, J. C. (1989), *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego*, Lisboa, Faculdade de Letras (diss. doutoramento);
- (1991), The late prehistory of central Portugal: a first diachronic view, *American Anthropological Association Annual Meeting*, Chicago, American Press (paper).
- Silva, A. C. F. (1981-82) Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*, Nova Série, 2-3, Porto, Instituto de Arqueologia, p. 83-94;
- (1983-84), A cultura castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e cronologias. *Portugalia*, Nova Série, 3-4, Porto, Instituto de Arqueologia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), 1983, p. 83-94;
 - (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins;
 - (1990a), A Idade do Ferro em Portugal, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 257-341;
 - (1990b), Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Lisboa, Instituto Oriental, p. 135-155;



- (1993), *A cidade castreja*. Análise de um processo de proto-urbanização. *A cidade - Jornadas inter e pluridisciplinares*, 2, Lisboa, Universidade Aberta, p. 11-26;
- (1995a), Portuguese Castros: the evolution of the habitat and the proto-urbanisation process, *Proceedings of the British Academy*, 86, Oxford, p. 263-289.
- (1995), *A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o 1º milénio a. C.*, Revista da Faculdade de Letras, II série, 12, Porto, p. 505-546.
- (1996), *A cultura castreja no Norte de Portugal: Integração no mundo romano*, Los Finisterres Atlánticos en La Antigüedad (Coloquio Internacional), Gijón, Electa, p. 49-55.
- (1998a) *Citânia de Sanfins - uma capital castreja* (Roteiro), Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins - Museu Nacional de Arqueologia.
- (1998b) Os primeiros “lugares centrais” no Entre-Douro-e-Minho, *Articulations des territoires dans la péninsule ibérique*, Bordeaux, Maison des Pays Ibériques (prep.).
- Silva, A. C. F. - Gomes, M. V. (1992), *Proto-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, A. M. S. P. (1994), *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga litoral. Elementos para uma avaliação crítica*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- Soeiro, T. (1984), Monte Mozinho - Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega. *Penafiel - Boletim Municipal da Cultura*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel.
- Vaz, J. L. I. (1990), Quatro datações C14 para o Bronze Final português, II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1990 (prelo);
- (1993), *A civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, Coimbra, Faculdade de Letras (diss. doutoramento).
- Wagstaff, J. M. (1987), *Landscape and culture. Geographical and archaeological perspectives*, Oxford, Basil Blackwell.
- Wells, P. S. (1988), *Granjas, aldeas y ciudades: Comercio y orígenes del urbanismo en la protohistoria europea*, Barcelona, Labor.